

AGGER S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

AGGER S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Agger S.A
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Agger S.A (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Agger S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável de ágio

Conforme Notas Explicativas nos 3 (f) e nº 10, a Companhia possui registrado, em 31 de dezembro de 2022, ágio por expectativa de rentabilidade futura ("Goodwill") nos montantes de R\$ 27.827mil, decorrente de aquisições de empresas, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A determinação do valor recuperável destes ativos não financeiros envolve julgamentos significativos na definição das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, com alto grau de subjetividade por parte da Administração da Companhia a partir do método do fluxo de caixa descontado, que considera premissas como taxa de desconto, crescimento econômico, projeção de inflação, entre outras estimativas. Neste contexto, a Administração da Companhia realiza teste de impairment e elaborou laudo específico sobre esse assunto, visando o atendimento à norma contábil. Essas determinações e mensurações têm como referência premissas que podem se alterar por condições futuras e inesperadas, quer sejam por fatores internos, quer sejam por condições de mercado ou macroeconômicas, razão pela qual, consideramos o assunto relevante para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros;

- Envolvimento de nossos especialistas internos em finanças corporativas para a avaliação e desafio das projeções de fluxo de caixa das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), incluindo a comparação com os planos de negócios estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia;
- Questionamos as principais premissas adotadas pela Administração, como as taxas de crescimento de longo prazo nas projeções, realizando comparação com previsões econômicas do setor, bem como taxas de descontos utilizadas e outras condições macroeconômicas;
- Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com a base nos fluxos de caixa descontados das UGCs com os respectivos valores contábeis e avaliamos as divulgações relacionadas ao valor recuperável dos ágios originados em combinações de negócios e de outros ativos não financeiros registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas; e

Com base na abordagem de auditoria e procedimentos realizados, consideramos que a metodologia e as premissas utilizadas pela Companhia para avaliação do valor recuperável dos referidos ativos são razoáveis, estando as informações reconhecidas e apresentadas de forma apropriada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

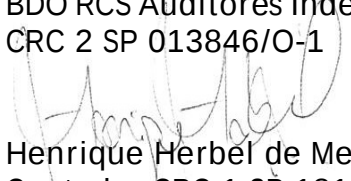


Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Henrique Herbél de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

AGGER S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2022 (Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021		Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	142.967	215.536	Debêntures	11	3.512.667	-
Aplicações financeiras	5	3.672.651	359.127	Obrigações por aquisições de investimentos	12	3.447.252	-
Contas a receber	6	110.571	-	Fornecedores e prestadores de serviços		154.200	-
Impostos a compensar	7	463.591	-	Obrigações trabalhistas	13	353.032	179.667
Outros créditos		38.163	-	Obrigações tributárias	14	139.377	557.385
		4.427.944	574.663	Outras contas a pagar		13.873	900
						7.620.402	737.953
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	8	41.954	332.370	Debêntures	11	9.799.572	-
Imobilizado - líquido	9	133.415	60.969	Obrigações por aquisições de investimentos	12	8.573.650	-
Intangível - líquido	10	41.834.691	-	Receitas diferidas		-	4.986
		42.010.060	393.339			18.373.222	4.986
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15.1	20.400.000	2.000
				Lucros/prejuízos acumulados	15.2	44.379	223.063
				Total do patrimônio líquido		20.444.379	225.063
Total do ativo		46.438.004	968.002	Total do passivo e patrimônio líquido		46.438.004	968.002

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGGER S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022

(Em Reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
Receita líquida de serviços	16	18.859.586	14.790.559
(-) Custo dos serviços prestados	17	(3.758.622)	(2.915.386)
(=) Lucro bruto		15.100.964	11.875.173
(+/-)Receitas/(despesas) operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	18	(8.762.736)	(6.106.461)
Perda no valor de recuperação de ativos	19	(1.300.822)	-
(=) Resultado operacional antes do efeito financeiro		5.037.406	5.768.713
Receitas financeiras	20	309.118	54.672
Despesas financeiras	20	(2.243.069)	(7.983)
Resultados de equivalência patrimonial		(7.752)	-
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas		(1.933.952)	46.689
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		3.103.455	5.815.401
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	(337.659)	(1.690.682)
Lucro do exercício		2.758.043	4.124.720
Lucro líquido por ações (Em reais)		0,135	2.062
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

AGGER S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022

(Em Reais)

	2022	2021
Lucro do exercício	2.758.043	4.124.720
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	2.758.043	4.124.720

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGGER S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	2.000	(349.954)	(347.954)
Lucro do exercício	-	4.124.720	4.124.720
Dividendos distribuídos	-	(3.551.702)	(3.551.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.000	223.063	225.063
Lucro do exercício	-	2.758.043	2.758.043
Redução de capital	(2.000)	-	(2.000)
Aporte de capital	20.400.000	-	20.400.000
Retificação de resultados de exercícios anteriores	-	51.712	51.712
Saldos de incorporação	-	(2.988.439)	(2.988.439)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.400.000	44.379	20.444.379

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGGER S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022

(Em Reais)

	2022	2021
Lucro do exercício	2.758.043	4.124.720
Ajustes que não afetam caixa		
Juros líquidos	1.933.952	(46.689)
Depreciação e amortização	1.103.618	21.693
Resultados de equivalência patrimonial	7.752	-
Perda no valor de recuperação de ativos	1.300.822	156.415
(=) Lucro ajustado	7.104.186	4.256.138
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber	(110.571)	-
Impostos a compensar	(463.591)	-
Fornecedores a pagar	153.300	-
Impostos recolhidos	(418.009)	42.848
Salários e encargos sociais	173.365	179.667
Recuperação de tributos	67.293	-
Outros créditos	(38.163)	-
Outras contas a pagar	13.873	5.886
(=) Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	6.481.684	4.484.540
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(93.408)	(61.293)
Dividendos recebidos	4.813	-
Saldos de incorporação	108.620	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	20.024	(61.293)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	(625.000)	-
Pagamento do earn-out	(553.391)	-
Mútuo com controladora	290.416	(332.370)
Receitas financeiras	289.425	-
Juros pagos	(1.714.732)	-
Outras despesas financeiras	(88.784)	35.489
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	(858.687)	(3.551.702)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(3.260.753)	(3.848.584)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.240.956	574.663
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	574.663	-
No final do exercício	3.815.618	574.663
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.240.956	574.663

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Agger S.A. (doravante denominada “Companhia”, “Companhia” ou “Agger”) é uma sociedade empresária limitada, a qual foi constituída em 26 de abril de 1995 com sede localizada à Rua 07, no 1.030, sala 06, CEP 13500-143, Rio Claro – SP.

Tem como objeto social desenvolvimentos e licenciamentos de programas de computadores customizáveis e não customizáveis, consultoria em tecnologia da informação e suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, prestação de serviços de processamento de dados, aplicativos e sistemas da informação.

A Agger opera no segmento de Software as a Service (SaaS) com produtos e serviços destinados ao mercado de corretores de seguros e seguradoras. Dentre os produtos oferecidos aos clientes estão o Gestor Completo, o Aggilizador de Cálculos, Importador de PDF, Aggilizador Mobile, Aggilizador de Documentos, Siggner, Agger Epic e outras ferramentas customizadas para clientes selecionados.

Aquisição, troca de controle e transformações societárias

Em 08 de novembro de 2021, a Agger foi adquirida integralmente pela Arco Insuretech S.A. (“Arco”), e os antigos acionistas administradores deixaram a gestão e a sociedade.

Em 22 de março de 2022, a Companhia alterou o tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações fechada.

Em 30 de maio de 2022, a Companhia incorporou a Arco Insuretech S.A. e a sucedeu, a título universal, na forma da lei, em todos os direitos e obrigações de titularidade desta.

Na mesma data, houve o cancelamento de 100 (cem) ações de emissão da Agger e de titularidade da Arco no valor de R\$ 2.000,00 cada e a emissão de 2.040.000.000 (dois bilhões e quarenta milhões) de ações, representando aporte de R\$ 20.400.000 (vinte milhões e quatrocentos mil reais) do novo sócio Arco Capital Fundo de Investimento em Participações Companhias Emergentes (“FIP Arco”), que passou a deter 100% das ações da Agger.

Em 25 de outubro de 2022, a Arco Capital Empreendimentos Ltda., companhia a qual a Agger era acionista majoritária, teve suas operações e atividades encerradas e o distrato protocolado na Junta Comercial de Minas Gerais.

2. Base de elaboração e preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pela Lei nos 11.638/07 e 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelos órgãos reguladores

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

2.4. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. As aplicações em fundos de investimento incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, empréstimos e recebíveis e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros da Companhia é como segue:

- Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

c) Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não transacionou operações de contas a receber passíveis de ajuste a valor presente.

d) Investimentos

Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme o CPC 18/IAS 28, para fins das demonstrações financeiras da Controladora.

e) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou formação, sendo que a depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil dos ativos, com base na vida útil estimada dos bens, conforme descrito a seguir:

Descrição	Vida útil
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	3 anos
Direito de Uso Software	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas com base no prazo do contrato de locação ou na vida útil do ativo, dos dois o menor.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não transacionou operações de ativo imobilizado que originaram ajuste a valor presente.

f) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo valor no momento do seu reconhecimento inicial, em linha com as disposições previstas no CPC 04/IAS 38. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada (para os ativos com vida útil definida) e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis é assim apresentada:

	Software	Carteira de clientes	Não competição	Ágio
Vida útil	Definida	Definida	Definida	Indefinida
Prazo de amortização	60 meses, conforme laudo	149 meses, conforme laudo	84 meses, conforme laudo	n.a.
Modelo de amortização	linear	linear	linear	não amortizado

A Companhia estima a vida útil dos intangíveis a partir do prazo de geração de benefícios econômicos futuros destes ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Avaliação por valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

No período de janeiro a dezembro de 2022, foram reconhecidas no resultado perdas líquidas por desvalorização no Intangível no montante de R\$ 1.300.822, decorrente da baixa do ágio referente à aquisição de cotas na Arco Capital Empreendimentos Ltda., realizada pela Arco Insuretech S.A. cujos direitos foram transmitidos à Agger. A Companhia entende que esse investimento não é recuperável.

h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e no semestre findo em 31 de dezembro de 2022 não transacionou operações que se qualificassem a serem ajustadas.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

As receitas de vendas e serviços no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	% - Alíquotas
Programa integração social - PIS	0,65
Contribuição para seguridade social - COFINS	3,00
Imposto sobre serviços - ISS	2,0

Esses encargos são demonstrados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Tributação sobre a renda

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

São calculados com base no lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída trimestralmente, à alíquota de 15%, acrescido o adicional de 10% (sobre a parcela que exceder R\$ 60.000 do lucro por trimestre). A CSLL é calculada à alíquota de 9%.

l) Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados incluem plano de saúde e plano odontológico a colaboradores e dependentes, vale transporte, benefício flexível, acompanhamento psicológico, acompanhamento fisioterápico, auxílio home-office e ajuda de custos, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias e 13º salário) e remunerações variáveis. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação contratual ou implícita, à medida que são incorridos.

Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de demissão quando está comprometida com o encerramento do vínculo empregatício do(s) funcionário(s), segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência ou com a concessão de benefícios de demissão devido a uma oferta de demissão voluntária.

m) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como intermediário ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

3.1. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Reconhecimento da receita

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da prestação de serviços e, em particular, se a Companhia havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios.

b) Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia avalia anualmente o impacto de mudanças significativas na vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado.

4. Movimentações societárias

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição com base no CPC 15(R1)/IFRS 3. O custo de aquisição considera o preço de compra e inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos, incluindo qualquer custo relacionado ao pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O preço de compra é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida. O ágio (goodwill) é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

a) Incorporação da Arco Insuretech S.A.

Em 30 de maio de 2022, a Companhia incorporou a Arco Insurtech S.A., sua controladora, e a sucedeu, a título universal, na forma da lei, em todos os direitos e obrigações de titularidade desta.

Na mesma data, houve o cancelamento de 100 (cem) ações de emissão da Agger e de titularidade da Arco no valor de R\$ 2.000,00 cada e a emissão de 2.040.000.000 (dois bilhões e quarenta milhões) de ações, representando aporte de R\$ 20.400.000 (vinte milhões e quatrocentos mil reais) do novo sócio Arco Capital Fundo de Investimento em Participações Companhias Emergentes ("FIP Arco"), que passou a deter 100% das ações da Agger.

Abaixo demonstramos os saldos apurados em laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Arco Insurtech S.A. na data base de 30/04/2022, que apontou o valor de patrimônio líquido de R\$ 19.217.761,46 (dezenove milhões, duzentos e dezessete mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos).

Ativo circulante	158.082
Caixa e equivalentes de caixa	16
Contas a receber de clientes	151.124
Outros créditos	6.942
Ativo não circulante	45.301.035
Investimentos	2.229.024
Intangível	43.072.011
Ativo total	45.459.117
Passivo circulante	2.088.820
Fornecedores nacionais	828
Empréstimos e Financiamentos	672.851
Impostos e contribuições a pagar	1.268
Investimentos a pagar	1.413.873
Passivo não circulante	24.152.535
Empréstimos e Financiamentos	13.178.729
Investimentos a pagar	10.973.806
Capital social	20.400.000
Lucros (prejuízos) acumulados	(537.294)
Resultado do exercício	(644.945)
Patrimônio líquido total	19.217.761
Passivo e patrimônio líquido totais	45.459.116

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

b) Patrimônio líquido incorporado

Na data de incorporação da Arco Insuretech S.A., em 31 de maio de 2022, o efeito da transação no patrimônio líquido da Companhia estava composto pelos montantes abaixo.

Prejuízos acumulados Arco	(574.294)
Prejuízo do Exercício Arco	(483.783)
Resultado de Equivalência	(1.691.635)
Participação Permanente Agger	(225.063)
Outros	(13.665)
Saldos de Incorporação	<u>(2.988.439)</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	142.967	215.536
Aplicações financeiras (a)	3.672.651	359.127
	<u>3.815.618</u>	<u>574.663</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) eram remuneradas por uma taxa média de 100% do CDI, com liquidez diária resgatáveis junto ao próprio emissor, sem perda significativa de valor.

6. Contas a Receber

O montante de R\$ 110.571 de contas a receber pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 correspondiam a valores faturados de contas vencidas há menos de 90 dias.

7. Impostos a Recuperar

A seguir é apresentada a composição dos impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre aplicações financeiras	27.638	-
IRPJ a recuperar	329.268	-
CSLL a recuperar	105.662	-
Outros tributos a recuperar	1.024	-
	<u>463.591</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

8. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se basicamente a transações com a Controladora FIP Arco e com Companhias do mesmo grupo econômico Arco A Search Investments LP e Arco B Search Investments LP, totalizando R\$ 41.954 em 31/12/2022.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Companhia	Contas a Receber	Contas a Receber
Arco A Search Investimentos LP	20.977	-
Arco B Search Investimentos LP	20.977	-
Arco Insuretech S/A	-	332.370
	<u>41.954</u>	<u>332.370</u>

AGGER S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

9. Imobilizado

	Saldo Líquido em 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2021
Móveis e utensílios	81.103	-	(75.415)	(2.581)	3.107
Computadores e equip. inform.	15.680	61.293	-	(19.112)	57.862
Veículos	81.000	-	(81.000)	-	-
	<u>177.783</u>	<u>61.293</u>	<u>(156.415)</u>	<u>(21.693)</u>	<u>60.969</u>

	Saldo Líquido em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2022
Móveis e utensílios	3.107	-	-	(779)	2.328
Computadores e equip. inform.	57.862	93.408	-	(20.185)	131.086
	<u>60.969</u>	<u>93.408</u>	<u>-</u>	<u>(20.963)</u>	<u>133.414</u>

10. Intangível

	Saldo Líquido em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2022
Software	-	3.528.615	-	(823.341)	2.705.274
Carteira de clientes	-	10.528.422	-	(352.715)	10.175.707
Não competição	-	2.116.265	-	(989.253)	1.127.012
Ágio	-	29.329.576	(1.502.878)	-	27.826.698
	<u>-</u>	<u>45.502.878</u>	<u>(1.502.878)</u>	<u>(2.165.309)</u>	<u>41.834.691</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

A mensuração dos ativos intangíveis resultou na atribuição de valor justo para determinar o valor justo de software, não competição e carteira de clientes. Foram utilizados os métodos “Relief From Royalty, Incremental Cash Flow e Incremental Cash Flow”, respectivamente.

O ágio apurado na data de aquisição da Agger foi de R\$ 28.033.567 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros. A Companhia entende que o ágio será dedutível para fins fiscais.

O ágio apurado na data de aquisição das cotas da Arco Empreendimentos Ltda. pela Arco Insuretech S.A., cujos direitos foram transferidos à Agger, foi de R\$ 1.502.878. A Companhia entende que o ágio não será recuperável e efetuou a respectiva baixa do mesmo.

11. Debêntures

11.1. Composição

A seguir apresentamos a composição das debêntures em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Debêntures	Preço unitário	Encargos (a.a.)	Vencimento	31/12/2022
1a Emissão de debêntures - Série única (i)	15.000.000	1.000	100% do CDI + Spread 7,00%	25/10/2026	14.412.808
Total					14.412.808
				Custo de transação	(1.100.569)
				Total	13.312.239
				Circulante	3.512.667
				Não Circulante	9.799.572
				Total	13.312.239

1ª Emissão de debêntures: no dia 25 de outubro de 2021, a Arco Insurtech S.A. aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais, em série única, objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição no montante total de R\$15.000.000, sendo o valor nominal unitário de R\$1.000.

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de spread equivalente a 7,00% ao ano, base 252 dias úteis. Os juros e amortizações terão vencimentos mensais e serão pagos sempre no dia 25 de cada mês. As amortizações se iniciaram em 25/11/2022 e se encerram na data de vencimento do contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Os recursos líquidos captados pela Arco Insuretech S.A. em função da Emissão de debêntures foram utilizados exclusivamente para financiar parte do montante desembolsado pela Arco para aquisição da totalidade das quotas sociais de emissão da então Agger Informática Ltda.

Após o evento de incorporação da Arco Insurtech S.A. pela Agger S.A., as obrigações da debênture foram assumidas pela Companhia.

11.2. Movimentação

	31/12/2022
Saldo no início do exercício	-
Saldos de incorporação	15.044.535
(-) Custos de captação	(1.100.569)
(+) Juros incorridos	1.708.005
(-) Amortizações de juros	(1.714.732)
(-) Pagamento do principal	(625.000)
Saldo no final do exercício	13.312.239

Os vencimentos das parcelas de amortização no passivo não circulante estão apresentados abaixo:

	31/12/2022
Vencimento	
2023	3.750.000
2024	3.750.000
2025	3.750.000
2026	3.125.000
Passivo não circulante	14.375.000

11.3. Covenants

As debêntures possuem cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Os índices financeiros aplicados à 1ª Emissão de debêntures decorrem do (i) coeficiente da divisão da dívida bruta pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 3,5 vezes no exercício encerrado em dezembro de 2022 e igual ou inferior a 3,0 vezes nos exercícios encerrados em dezembro de 2023, 2024, 2025 e 2026, e (ii) do coeficiente da divisão do EBITDA pela receita líquida, que deverá ser igual ou superior a 25% nos exercícios encerrados em 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Conforme demonstrado nos cálculos abaixo, os “covenants” foram adimplidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Saldo debêntures	14.412.808
Saldo valor a prazo	5.574.294
Dívida bruta	<u>19.987.102</u>
Receita líquida de serviços	18.859.586
(-) Custo dos serviços prestados	(3.758.622)
(-) Despesas gerais e administrativas	(8.737.356)
(+) Depreciações e amortizações	1.103.618
EBITDA	<u>7.467.226</u>
"Covenants" 1ª Emissão de debêntures	
(i) Dívida Bruta / EBITDA	2,68
(ii) EBITDA / Receita líquida	40%

12. Obrigações por aquisições de investimentos

Obrigações por aquisição de investimento referente a pagamento adicional com base em determinados índices de performance (earn-out) no valor de R\$ 7.000.000,00, sendo R\$ 3.447.252,40 classificados no passivo circulante e R\$ 2.999.356 no passivo não circulante.

Obrigações por aquisição de investimento () referente ao pagamento de R\$ 5.000.000,00 até abril de 2026, devidamente corrigido pelo IPCA do IBGE, acrescido de juros de 3,4% ao ano.

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022
2024	2.999.356
2025	-
2026	5.574.294
Passivo não circulante	<u>8.573.650</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

13. Obrigações trabalhistas

Obrigações Trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
INSS a Recolher	62.038	28.538
FGTS a Recolher	19.972	9.434
Provisão Para Férias	201.570	106.141
Provisão INSS Sobre Férias	53.487	27.380
Provisão FGTS Sobre Férias	15.966	8.173
	<u>353.032</u>	<u>179.667</u>

14. Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS a Recolher	63.708	41.415
ISS a Recolher	40.825	27.619
IRRF sobre Trabalho Assalariado	19.880	3.918
PIS a Recolher	13.678	8.973
CSLL a Recolher	101	125.521
IRPJ a Recolher	-	342.250
Parcelamento Demais Débitos - RFB	-	7.689
Outros impostos a recolher	1.184	-
	<u>139.377</u>	<u>557.385</u>

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 20.400.000,00, dividido 2.040.000.000 ações, no valor nominal de R\$ 0,01 cada. A seguir, a composição em reais:

	Quantidade de ações	Valor (R\$)	%
Arco Capital Fundo de Invest.			
Part Emp. Emergentes	2.040.000.000	20.400.000	100%
	<u>2.040.000.000</u>	<u>20.400.000</u>	<u>100%</u>

15.2. Lucros acumulados

Os lucros acumulados são compostos pela reserva de retenção de lucros, quando existentes, subtraídos pelos dividendos distribuídos no exercício.

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva de lucros	3.556.941	223.063
	<u>3.556.941</u>	<u>223.063</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

16. Receita líquida operacional

	2022	2021
Receita bruta com serviços prestados	19.965.050	15.589.094
(-) Impostos federais	(744.940)	(568.288)
(-) Impostos municipais	(360.523)	(230.246)
Receita líquida dos serviços prestados	<u>18.859.586</u>	<u>14.790.559</u>

17. Custos dos serviços prestados

	2022	2021
Hospedagem e domínio internet	(2.038.461)	(1.372.917)
Suporte ao cliente	(1.588.365)	(1.370.954)
Serviços terceiros	(131.796)	(171.516)
	<u>(3.758.622)</u>	<u>(2.915.386)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Vendas	(342.459)	(293.534)
Marketing	(359.693)	(42.085)
Despesas administrativas	(3.284.356)	(2.008.555)
Depreciações e amortizações	(1.103.618)	(21.693)
Desenvolvimento de software	(3.604.238)	(3.599.701)
Manutenções	(17.322)	(35.947)
Despesas tributárias	(51.050)	(104.946)
	<u>(8.762.736)</u>	<u>(6.106.461)</u>

19. Perda no valor de recuperação de ativos – “impairment”

O ágio apurado na data de aquisição das cotas da Arco Empreendimentos Ltda. pela Arco Insuretech S.A., cujos direitos foram transferidos à Agger, foi de R\$ 1.300.822. A Companhia entende que o ágio não será recuperável e efetuou sua baixa contábil.

Em 25 de outubro de 2022, a Arco Capital Empreendimentos Ltda teve suas operações e atividades encerradas e o distrato protocolado na Junta Comercial de Minas Gerais. A participação da Agger no Patrimônio Líquido da Arco Capital Empreendimentos Ltda. no valor de R\$ 5.945 foi baixada nesta data.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

20. Receitas/despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros recebidos	77.541	52.788
Rendimentos de aplicações financeiras	215.996	1.883
Atualização monetária de créditos tributários	15.581	-
	<u>309.118</u>	<u>54.672</u>
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(6.788)	(5.268)
Juros s/ Parcelamento	(12.673)	(2.715)
Juros Debentures	(1.708.005)	-
Custo de negociação de debêntures	(47.851)	-
Juros de obrigações por aquisições de investimentos	(159.880)	-
Juros sobre capital próprio	(238.769)	-
Outras despesas financeiras	(69.104)	-
	<u>(2.243.069)</u>	<u>(7.983)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.933.952)</u>	<u>46.689</u>

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021
Faturamento Bruto Anual + Rendimento das Aplicações Financeiras	15.643.765
Imposto de Renda e Contribuição Social à taxa de Imposto de Renda e Contribuição Social - nominal combinada de 32%	5.043.182
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	<u>(1.690.682)</u>
Taxa efetiva	<u>34%</u>
	2022
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	3.103.455
Adições e exclusões da base tributária	(1.953.321)
(-) Goodwill	(3.270.583)
(+) Despesas não dedutíveis	1.308.139
(+) Equivalência patrimonial	7.752
(+) Outros	1.371
Lucro tributável	<u>1.150.134</u>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	<u>(337.659)</u>
Taxa efetiva	<u>29%</u>

22. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por eles, e em consonância com o CPC na Seção 21 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Seção 29 Tributos sobre o lucro e na Seção 32 Evento Subsequente, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.